

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

MÔNICA VASCONCELO

**RUMO À CIVILIZAÇÃO: O *JORNAL DAS SENHORAS* E A EDUCAÇÃO
FEMININA NO SEGUNDO MEADO DO SÉCULO XIX**

MARINGÁ

2014

MÔNICA VASCONCELO

**RUMO À CIVILIZAÇÃO: O *JORNAL DAS SENHORAS* E A EDUCAÇÃO
FEMININA NO SEGUNDO MEADO DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto.

MARINGÁ

2014

Dedico este trabalho a minha mãe *Marilene*, ao meu pai *Lázaro*, e a minha irmã *Vanessa*.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo a Deus, que se fez presente em cada momento no decorrer desses quatro anos de curso.

Agradeço a minha família pelo apoio, incentivo e carinho: em particular a minha mãe *Marilene Pereira Vasconcelo*, ao meu pai *Lázaro Vasconcelo Filho*, que me votaram palavras de perseverança e me fizeram acreditar que posso conquistar aquilo que desejo por meio de muita dedicação e persistência.

À minha irmã, *Vanessa Vasconcelo*, pela sua preocupação e companheirismo. Sem o seu carinho tudo ficaria mais difícil.

A professora *Dra. Marcília Rosa Periotto* que, dotada de ampla sabedoria, me mostrou o caminho para me tornar um ser humano melhor capaz de superar minhas limitações. Nunca me esquecerei de seus ensinamentos durante o período de PIBIC e TCC.

Aos membros da minha banca examinadora, *Profa. Dra. Ivana Guilherme Simili* e *Prof. Dr. Ademir Quintilio Lazarini* pela presença e pelo tempo dedicado à leitura e análise deste trabalho.

Ao professor Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo que organizou o curso de Metodologia Científica do PPE-UEM. As informações obtidas naqueles encontros reforçaram a minha conduta científica.

Aos demais professores que contribuíram com a minha formação, em especial aos professores de METEP. Vocês são muito importantes nessa jornada.

A todas as minhas colegas de curso por estarmos juntas em momentos felizes e difíceis, em especial a *Daniely Freitas*, *Marília Fagan*, *Ione Pereira*, *Angelina Vidotti*, *Carla Meneglim* e a *Elizabete Primo*. Vocês se destacaram pelo jeito humilde e afável com que me trataram. Obrigada meninas por estarem ao meu lado.

Helena tinha os predicados próprios a captar a confiança e a afeição da família. Era dócil, afável, inteligente. (...). O que a tornava superior e lhe dava probabilidade de triunfo, era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda a casta de espíritos, arte preciosa, que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres.

(MACHADO de ASSIS, 1876, p.43)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeira edição do <i>Jornal das Senhoras</i> datado de 1º de jan. de 1852.....	20
Figura 2: Senhoras do século XIX.....	25

VASCONCELO, Mônica. **RUMO À CIVILIZAÇÃO: O JORNAL DAS SENHORAS E A EDUCAÇÃO FEMININA NO SEGUNDO MEADO DO SÉCULO XIX.** 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) – UNIVERSIDADE Estadual de Maringá. Orientadora Marcília Rosa Periotto. Maringá, 2014.

RESUMO

É um estudo sobre a vinculação entre imprensa e educação feminina no século XIX presente no *Jornal das Senhoras*, órgão de imprensa publicado na província do Rio de Janeiro nos anos 1852 a 1855. Com a entrada progressiva das relações capitalistas, em contraposição à predominância do trabalho escravo e da agricultura, ocorreram transformações no campo educacional, político e econômico que passaram, lentamente, a dar uma nova conformação à sociedade. Nesse contexto, a imprensa e reformadores liberais cogitaram oferecer educação à mulher que, encerrada nas teias do patriarcado, viu no magistério a única oportunidade de obter liberdade. Couto Ferraz, em 1854, oficializou o magistério do ensino primário e secundário adotando medidas tidas como modernizadoras sobre a formação de professores, as quais estavam em consonância com a ideia de progresso debatida naquele século. Nota-se que os empreendimentos sobre a educação feminina marcam a inserção das mulheres no ensino público, um lugar antes proibido à sua participação. As fontes recorrentes na análise encontram-se dispostas no *Jornal das Senhoras*, e formalizam a importância da imprensa do século XIX para a História da Educação. Desse modo busca-se demonstrar o modelo de educação feminina no século XIX, enfatizando a atuação da imprensa no processo de modernização do Brasil.

Palavras-chave: Educação feminina. Imprensa-Educação. Brasil. Século XIX.

TOWARDS CIVILIZATION: THE *LADIES JOURNAL* AND THE FEMALE EDUCATION IN THE SECOND MIDDLE OF THE CENTURY XIX

ABSTRACT

This is a study about the link between the media and the female education in the nineteenth century, written in the *Ladies Journal*, a public press agency, and published in the province of Rio de Janeiro from 1852 to 1855. With the gradual entry of the capitalist relations, in contraposition to the predominance of the slave labor and the agriculture, there were transformations in the educational, the economic, and the political fields which slowly started to give a new conformation to society. In this context, the press and the liberal reformers considered to offer education to women that, restrained in the webs of patriarchy, saw in teaching the unique opportunity to gain freedom. Couto Ferraz, in 1854, formalized the teaching of primary and secondary education by adopting measures considered updating in relation to the training of teachers, and which were also in line with the idea of progress discussed in that century. Women's education projects established their entry into public education, a prior prohibited place for their participation. Investigation sources are available in the *Ladies Journal*, formalizing the importance of the nineteenth century press to the History of Education. Thus, the objective here is to demonstrate the model of the female education in the nineteenth century, emphasizing the role of the press in the process of modernization of Brazil.

Keywords: Female education. Media-Education. Brazil. Nineteenth century.

SUMÁRIO

2. INTRODUÇÃO.....	10
3. IMPRENSA E EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX.....	12
2.1 O <i>Jornal das Senhoras</i> e a educação.....	18
2.2 Religião e educação feminina.....	21
2.3 A moda como forma de ascensão social.....	24
3. EDUCANDO AS MULHERES PARA BEM EDUCAR AS CRIANÇAS...27	
3.1 A formação de professores para atuação pública: as mulheres como educadoras.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
5. REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a educação feminina no Brasil no século XIX e, em específico, analisa o conteúdo presente no *Jornal das Senhoras* quando da intensificação das transformações sociais e econômicas que levaram, quase no final dos oitocentos, na oficialização de um sistema nacional de formação docente. Para tanto, a análise será conduzida no ponto de vista do método materialista histórico, cuja intenção é compreender as circunstâncias históricas presentes na sociedade brasileira e que definiram o papel da mulher por meio de um modelo feminino traçado desde a segunda metade daquele século.

A sociedade brasileira no período era patriarcal e a religião colaborava para formar a mulher submissa e propriedade do marido. Desse modo, seu papel resumia-se ao lar, o único lugar de reconhecimento que lhe era conferido. Ainda que informal, num primeiro momento, o conteúdo principal da educação na formação das meninas era torná-las boas mães e esposas.

Esse modelo de educação persistiu ao longo do século XIX, recebendo subsequente dimensão na passagem desse período para o novo século, com a criação da Escola Normal e sofrendo alterações com a chegada dos imigrantes e início da industrialização. Sobre isso, pode-se dizer que as mudanças adjacentes ao sistema capitalista tinham por objetivo proporcionar a mulher o aperfeiçoamento de suas “qualidades naturais”, pois o Brasil, na visão de alguns intelectuais e políticos, deveria enfrentar as tarefas necessárias para instruir a população como um meio dinâmico de alcançar a modernidade presente na Europa, no que tange ao ensino e aos meios de produção.

A mulher, neste sentido, mãe protetora da nação, torna-se figura fundamental na orientação de mudanças de uma sociedade agrária para uma sociedade moderna. No cerne dos embates sobre a educação os reformadores liberais, ao defenderem a mulher como presença fundamental no progresso da nação, oportunizaram a sua inserção nos espaços públicos, ampliando a participação feminina nos diversos setores da atividade pública. Tendo em vista o desenvolvimento de países europeus o Decreto n. 1.331A-1854, de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, regula a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. O documento reserva um capítulo inteiro para a formação

de professores, o que demonstra a mobilização do Estado em constituir uma nação genuinamente brasileira e capitalista para um tempo em que educar tornava-se uma tarefa penosa, mas inevitável.

Embora a educação feminina tivesse passado por um período de sistemática ausência escolar, a imprensa trouxe a tona as primeiras discussões sobre a criação de um sistema educacional, onde cogitou-se, em meados deste século, a inserção da mulher nas instituições escolares com fito ao magistério. Portanto, em destaque, a mulher começa a desempenhar alguns papéis importantes na sociedade moderna. Dessa maneira, para cumprir as proposições do estudo, este primeiro capítulo introduz os temas que serão discutidos e apresenta como o trabalho foi organizado.

O segundo capítulo aborda a importância da imprensa como fonte histórica para a área de educação, sua relação com a educação feminina e, sem muito rigor, o que outros jornais da época¹ discutiam a esse respeito, apresentando-se no *Jornal das Senhoras* a educação proposta à formação social e moral das mulheres, enfocada na perspectiva da religião e da moda como uma forma de ascensão social. Nela, os conteúdos educavam para a maternidade e dedicação ao lar, que seria cultivado com moralidade e atenção à higiene.

No terceiro capítulo apresentam-se as concepções de criança vinculadas à ciência e as condições de educação oferecidas ao professorado público. Para exemplificar, abordam-se tais condições na Reforma Couto Ferraz e nas primeiras Escolas Normais da Província de São Paulo, com referência aos relatórios ministeriais². Este percurso é importante por demonstrar nos projetos políticos o tipo de formação educacional prevista às mulheres.

As considerações finais apontarão os esclarecimentos à relação imprensa e educação feminina, além da cooperação com o banco de trabalhos do TCC na área de História da Educação. Cabe ainda ressaltar que as formas de se conceber a mulher na contemporaneidade permitem, quando o eixo teórico é a história tomada na condição de ciência, uma visão crítica sobre o objeto de análise e sobre a própria história dos homens.

¹ Os jornais consultados no trabalho foram acessados no endereço: <<http://www.bn.br/portal/>> (Fundação Biblioteca Nacional - acervo obras raras)

² Os relatórios provinciais foram acessados no endereço: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>

2. IMPRENSA E EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX

Entre os novos elementos trazidos pela família real ao Brasil em 1807, a imprensa constituiu-se um espaço de primordial importância no estímulo e na oportunidade de intensificar debates voltados ao estabelecimento de mudanças no governo colonial. A questão descortinada ao Brasil no século XIX, no seu início, era a criação das condições de progresso material e social, impedidos até então pelos privilégios portugueses. A imprensa participaria ativamente desse debate em favor das modificações e, principalmente, contrário a elas quando o poder do grupo dominante perdia prestígio e credibilidade.

Nas três últimas décadas do século XX os estudos sobre a imprensa brasileira passaram a ser objeto de interesse por parte dos estudiosos da área historiográfica e jornalística, iniciando uma conseqüente expansão nas pesquisas sobre os jornais e vultos históricos que neles despontaram. No levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa verificou-se que só recentemente a relação entre a imprensa e educação passou a ser objeto de interesse de pesquisadores, onde já aparecem estudos substanciais e elucidativos sobre momentos importantes da história da educação feminina.

Entretanto, observou-se nos estudos sobre os periódicos a predominância de discussões sem o estabelecimento de relações com outros de mesma natureza, ou com o panorama político-social do período, implicando assim numa abordagem fragmentada dos fatos históricos nos quais se encontram as razões que explicitam a própria existência do jornal ou periódico.

Desse modo, na tentativa de explicitar o caráter genérico atribuído à história pretendeu-se compreender a educação feminina, desde sua gênese na sociedade burguesa, ressaltando o valor da imprensa no século XIX na divulgação de modelos femininos, a sua relação com a educação e o fato de ser uma fonte histórica importante para a área de educação.

Para Antonio Nóvoa (2002, p.14), pesquisador português, “a imprensa periódica põe-nos perante o esforço imenso que gerações sucessivas levaram a cabo para edificar a educação”. Esta, por sua vez, atua como mantenedora das relações requeridas pelas transformações na forma de trabalho. Os escritos jornalísticos, segundo o autor:

(...) se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimento ou a ideias, a normas legais ou a situações políticas. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática (NÓVOA, 2002, p 13).

No Brasil, o trabalho escravo, contraditório ao trabalho livre, seria abolido em fins do século XIX. Schelbauer (1997), em *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914* utiliza fontes primárias e documentais para discutir a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e da monarquia para a república. Em tese, a autora discorre sobre a educação popular mostrando que o Estado empreendeu uma campanha no combate a ignorância dos escravos libertos.

Havia entre os letrados e parte de grupos políticos um consenso sobre a aplicação de planos de regeneração social, com a imprensa formando vínculos entre a educação e o exercício de uma liberdade ordeira (INÁCIO, 2007, p.5). Dessa forma, nos periódicos femininos ecoavam intencionalidades e reflexões sobre o papel da mulher em uma sociedade preocupada com a divulgação da ideia de mãe-professora. A imprensa passava a difundir o solo fecundo no qual o modelo burguês de mulher assumia traços ainda mais marcantes.

Os periódicos *Espelho Diamantino* (1827-1828), *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), *A Mulher do Simplício* (1832-1846), *Marmota Fluminense* (1854-1858), e *Espelho das Bellas* (1860-1869) dedicados a falar de e para as mulheres foram dirigidos por homens. Limitamo-nos a discutir os jornais produzidos pelas mulheres: o *Jornal das Senhoras* (1852-1855), o *Bello Sexo* (1860-1869), o *Domingo* (1870-1879), o *Echo das Damas* (1879 a 1888), o *Jornal das Damas* (1860-1869) que foram publicados no Rio de Janeiro; O *Sexo Feminino* (1873-1889) em Minas Gerais, e em São Paulo *A família* (1880-1899) e *A mensageira* (1897-1900). A maior parte desses jornais era publicada semanalmente.

Os periódicos disseminavam a função social da mulher segundo o plano de desenvolvimento do Estado. Na mesma medida concebiam-na com qualidades tidas como específicas à sua natureza, mas que poderiam ser aprimoradas pela educação.

No jornal *Bello Sexo: periodico religioso, de instrucção e recreio, noticioso e critico moderado* (1860-1869), fundado por Julia Albuquerque Sandy Aguiar (RJ), o objetivo era a luta pela instrução feminina, revelando, desde a primeira publicação, o desagrado com a sujeição da sua inteligência:

(...) tenho em mente obrigar o meu sexo a vir à imprensa concorrer com o seu contingente para o progresso social, para esse grande bem público, e assim fazer com que se desenvolvam grandes inteligências, grandes capacidades, grandes gênios que existem no meu sexo olhados com pia diferença, abandonados pelos homens de letras, esquecidos pela fraqueza de sua constituição própria (BELLO SEXO, 1862, nº 1, p. 1).

O excerto revela ideias que se consagraram no século XIX como verdades, e que também estavam presentes nos discursos femininos. Nas palavras da redatora, “a essas senhoras, que fazem honra ao nosso sexo, apenas pedirei que exerçam para comigo a benignidade do coração de que é capaz e natural em nós” (BELLO SEXO, 1862, nº 1, p. 1).

No periódico *Domingo: jornal litterario e recreativo* (1870-1879), publicado no Rio de Janeiro por Violante Ataliba Ximenes Bivar e Vellasco, igualmente se defendia o direito à educação da mulher. Na seção *Biografia de Mulheres Celebres* expunha histórias ilustres de mulheres como exemplos a serem seguidos:

A formosura é um dom ignoto, uma potência mágica, que faz brotar no peito dos homens o amor, e no das mulheres a admiração e a simpatia [...]. Clotilde³ tinha uma alma vestida com um corpo celestial. Vi-a, fitei os meus olhos no seu rosto de fada, e senti ardência de um vulcão a correrem-me pelas artérias. Morria de amores. Que donairoso encanto! (DOMINGO, 1874, nº 11, p. 2).

Decorrente de uma época em que os jornais participavam da difusão de formas de comportamentos necessários à realidade social e econômica, a

³ Clotilde de Vaux, musa inspiradora de Comte, exerceu grande influência no pensamento filosófico positivista. Ex-prostituta, Clotilde, faleceu em 1846: “foi nesse momento que começou a aparecer em sua obra afirmação da *Supremacia da Moral*, que consistia na supremacia do sentimento da subjetividade do ponto de vista feminino e artístico. Em 1847 apareceu a afirmação de que a humanidade seria o Grande-Ser, e de que a mulher seria a sua melhor imagem. Se Comte, desde 1845 já falava em adoração e culto à Clotilde de Vaux e à mulher, no começo de 1848 ele falava de culto à humanidade. Em meados de 1848 apareceu afirmada a *Religião da Humanidade*” (RUCKSTADTER, 2005, p. 3).

literatura humanista e romanceada era utilizada na intenção de persuadir as leitoras, além da seção de poesias e encaminhá-las a um novo grau de conhecimento e opinião. No espaço destinado a recreação encontrava-se pequenas histórias, piadas e charadas.

O *Jornal das Damas: revista de litteratura e modas* (1860-1869), publicado mensalmente no Rio de Janeiro sob a direção de Amélia Carolina da Silva Couto e no *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha, apresentavam-se informações sobre últimas tendências de moda e acessórios, além de prestarem conselhos de higiene e de economia doméstica. O *Jornal Echo das Damas: orgao dos interesses da mulher, critico, recreativo, scientifico e litterario*, também de Amélia Carolina, o artigo “A Missão da Mulher” conta a história de uma donzela, escrito com objetivos bem definidos de influenciar o pensamento feminino sobre o papel da mulher:

Ela vai trocar a coroa de virgem, essa coroa cândida de flores de laranjeiras, aureola brilhante que lhe resplandece na fronte, pela coroa radiosa de esposa e mais tarde pela coroa sublime de mãe.

Dupla missão confiada ao seu coração terno e bondoso!

O que há de mais belo e nobre?

O que há de mais tocante e augusto? Ser esposa! E ser mãe!

(ECHO DAS DAMAS, 1879, nº 1, p.2).

Abnegar-se de vontades e desejos em prol do marido e dos filhos era a missão da mãe e esposa. A maior parte das mulheres via esse momento como sublime, a coroação da vida, a ponto de se considerar completamente feliz quando constituíssem família. A imprensa feminina alimentava esse discurso, justificava o papel da mulher entrelaçado às tarefas do lar, aos cuidados com a prole, à atenção cuidadosa com as necessidades do marido, e não abria mão de dar a ela um novo sentido, de requerer uma nova participação social em igualdade ao domínio masculino, ao menos na vida privada.

Essa educação que mantinha a mulher confinada ao espaço doméstico remontava ao período colonial. Sampaio (2008) afirma que:

O ideal de mulher difundido na metrópole através dos manuais e das falas dos eclesiásticos disseminou-se na colônia e fomentou algumas práticas sociais específicas, notadamente no que concerne à educação feminina. As mulheres deveriam ser instruídas para se transformarem em boas esposas e mães de família, enquanto os homens responsabilizavam-se pelo

provimento da casa. Esperavam-se, assim, comportamentos específicos de ambos os sexos, comportamentos esses atribuídos à natureza de cada um e devendo por isso ser seguidos (SAMPAIO, 2008, p.3).

Já *O Sexo Feminino: semanario dedicado aos interesses da mulher* (1873-1889), fundado pela professora Senhorinha da Motta Diniz, em Campanha, Minas Gerais, tendo em vista o movimento de emancipação da mulher, informa os avanços da Escola Normal de Minas Gerais relatando o número de disciplinas, de alunas e as condições de funcionamento do edifício. Na visão da redatora, era através da mulher que se regeneraria a humanidade.

Este entendimento se aproxima do pensamento de Auguste Comte (1798-1857), que via a mulher como o elo principal reforma moral cogente ao progresso social continuado, elegendo a mulher, segundo Silva e Inácio “como símbolo do positivismo, aquela que seria a tutora do homem ou do próprio lar, como conseqüências das qualidades de sua própria natureza piedosa, bondosa, abnegada, devotada” (SILVA: INÁCIO, 2004, p. 10).

A Família: jornal litterario dedicado á educação da mãe de familia (1880-1899), dirigido por Josephina Alvares de Azevedo, defende a educação das mães juntamente com a política e o direito ao voto. No final do século XIX a abolição da escravatura e a proclamação da república forneceram argumentos para que a mulher fosse respeitada como mãe, mas também na sua inserção política e no provimento de suas capacidades intelectuais.

As mulheres iniciavam a luta pelo direito de ir às urnas e de contribuir com o destino da pátria, buscando igualdade de direitos com os homens. Mas a posição de patriarcado da sociedade negava às mulheres o direito de votar, porém, os exemplos da emancipação feminina vindos dos países europeus e dos Estados Unidos serviram de inspiração para que em meados do século XX o reconhecimento mais consentâneo desse debate acontecesse. Sobre isso o artigo *As Mulheres e a eleição*, instigava as assinantes a lutar pelo direito que era lhes negado:

Se não lhes é permitido, pelo natural egoísmo das representantes do sexo que se diz forte, entrar diretamente nessas titânicas lutas da política, lançando na urna espontânea e conscientemente o seu voto, para o candidato que lhe seja simpático, pelas suas ideias, pelas suas convicções; tem com tudo o recurso de intercederem, ajudadas da influencia que

lhes concedeu a natureza, com seus pais, irmãos, e esposos, para a vitória da candidatura de um moço a todos os títulos digno de ser contado no número dos representantes da nação (A FAMÍLIA, 1889, nº 29, p.1).

No jornal *A Mensageira* (1897-1900), publicado de quinze em quinze dias de cada mês, Prescilliana Duarte de Almeida trazia textos literários e artigos que tratavam sobre a emancipação da mulher a fim de proporcionar uma reflexão crítica de sua situação sem revogar o direito de uma educação com qualidade:

Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora de seus deveres, marcará, funda, indiscutivelmente no espírito de seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho de que tanto carecemos. Parece-me que são estes os elementos de progresso e de paz para as nações (A MENSAGEIRA, 1897, nº 1, p. 3).

Portanto, enaltecido o papel da mulher, os periódicos do século XIX não faziam senão educá-la para a modernidade, exigente de novas posturas frente ao pretendido progresso material e social. Educar as mães oferecendo-lhes os conhecimentos do mundo, regrados pelo bom senso e ditames da religião significava bem educar os filhos.

Verifica-se assim que, a partir da segunda metade desse período houve aumento no número de periódicos femininos publicados. Ou seja, a mulher recebeu vida na relação com o outro, isto é, sua existência começa a fazer sentido como um indivíduo capaz de conter más condutas através dos costumes moral que amparam sua educação (INÁCIO, 2007, p. 2), ganhando traços cada vez mais femininos devido ao movimento de modernidade requerido ao patamar do panorama internacional.

As formas de comportamentos e virtudes requeridas à sociedade marcavam na imprensa o início de uma fase de ascendência da mulher, porém nos limites e necessidades da época: “era preciso orientar as ações no sentido da adesão e do amor a um bem maior, ao bem do Brasil, representados por valores como liberdade, ordem e unidade nacional” (INÁCIO, 2007, p. 3).

A imprensa participou da educação das mulheres no Brasil dos oitocentos, ou seja, “os brasileiros que lutavam pela inclusão do país na ‘rota da civilização’ viam na imprensa o caminho mais fecundo para a instrução do

povo” (PERIOTTO, 2004, p. 63). O modelo feminino requerido pela época fortalecia um ideal de mulher condicionado ao processo transformador que penetrava no Brasil na segunda metade do século XIX. Pode-se afirmar que embora a imprensa não alcançasse a maioria da população, seus escritos foram importantes porque imprimiram no comportamento social e na forma de pensar aqueles elementos fundamentais às mudanças que estavam por vir.

2.1 O *Jornal das Senhoras* e a educação

Publicado no Rio de Janeiro pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, o *Jornal das Senhoras* (1852 -1855) foi o primeiro periódico dirigido por uma mulher. Entretanto, no decorrer dos três anos de existência a direção passou para outras senhoras por diversos motivos:

O jornal teve três redatoras-chefes durante os três anos em que circulou na Corte. No primeiro ano foi redatora Joana Paula Manso de Noronha. Ainda em 1852 Joana Paula deixou a editoria do periódico para Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Velasco, viúva de João Boaventura. Dona Violante também deixou o jornal, assim como Joana, por motivos pessoais e financeiros. Dona Gervásia Neves foi a última redatora – ficou na direção do periódico de 1853 a 1855 (LIMA, 2012, p. 398).

O jornal dedicava-se a discutir os cuidados que as mulheres deveriam ter com a casa e filhos, moda, belas artes, teatro e crítica, repercutindo polêmicas que se iniciaram desde a sua primeira publicação como, por exemplo, a defesa de que a emancipação moral da mulher seguisse o desenvolvimento social do país. Com isso, Joana Manso encorajava as mulheres a expor suas opiniões e ideias ao permitir publicações anônimas.

O jornal saía aos domingos, em edições semanais, publicado pela Typografia Parisiense. O preço da assinatura para o trimestre era 3\$000 rs. na corte e 4\$000 rs. nas províncias e deveria ser adiantado, “os trimestres eram contados em janeiro, abril, julho e outubro” (GONÇALVES, 2014, p.7).

A linguagem romanceada tinha por finalidade convencer as leitoras de que sua missão na sociedade consistia de mais alta importância, já que cabia a

elas cumprir a nobre tarefa de educar os futuros adultos que certamente estariam comprometidos com a modernização do Brasil. De acordo com Lima (2010),

[...] os escritores românticos do período, falar francês e tocar piano eram itens necessários à boa educação feminina. Diante de leituras como esta, cabe questionar: Qual era a importância da educação feminina para o progresso e a civilização? Nesse cenário histórico em que havia a separação das esferas pública e privada, em que a mulher devia se ocupar da família e o homem devia ser o provedor, qual era a importância da relação entre maternidade e educação? Como deveria ser a nova mulher? Como ela deveria se vestir? Qual era a importância da moda francesa e do recato ao se vestir? (LIMA, 2010, p. 231).

O reconhecimento do valor feminino prevalecia no jornal, mas com frequência o veio feminista era abafado pelas próprias mulheres no interior da sociedade, eivadas da concepção de mulher “rainha do lar”.

Entretanto, a velha forma de vida correspondente ao mundo colonial e ainda imperante no cotidiano cedia espaço às mudanças de toda ordem, lentas, mas suficientes para dar uma nova conformação aos hábitos sociais:

A interiorização da vida no lar ocorreu concomitantemente à abertura das casas das elites para a apreciação pública por um círculo restrito de pessoas, geralmente familiares, parentes e amigos. Assim, as salas de visitas e os salões, espaços intermediários entre a casa e a rua, foram abertos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas, que passaram, então, a ser realizados de tempos em tempos. Nesses locais se ampliava a ideia de intimidade, e a família, sobretudo a mulher, submetia-se à opinião e avaliação dos outros (LIMA, 2010, p. 231).

Eram evidentes as alterações na sociedade, principalmente nos centros urbanos mais populosos, como nas capitais das províncias, e exigiam, por sua vez, novas posturas no convívio social, no trato com o outro. As mulheres, antes confinadas nos espaços íntimos do lar, passavam a ter uma função social até então desconhecida. O prestígio masculino incluía ter sob a sua tutela uma esposa civilizada, capaz de receber bem os convivas, vestir-se adequadamente na moda do dia, enfim, mostrar civilidade tal quais as européias já, naturalmente, demonstravam possuir.

G. Est.

An. 1852. 22a 29.

TOMO I. — QUINTA FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 1852.

423

O JORNAL

DAS SENHORAS

Modas, Litteratura, Bellas-Artes, Theatros e Critica.



∞ O programa e condições deste jornal encontrão-se na ultima pagina. ∞

As nossas Assignantes.

Redigir um jornal é para muitos litteratos o apogeo da suprema felicidade, já sou Redac or, esta frazezinha dita com seus botões faz crescer dous palmos a qualquer individuo.

No circulo illustrado o Redactor é sempre recebido com certo prestígio do homem que em letra de imprensa pôde dizer muita coisa, propicia ou fatal a alguem.

N'outra roda de gente que considera o progresso do genero humano, como uma heresia, e os litteratós como uma casta de vadios, porque entendem que se possa cavar com uma enxada, porem o trabalho intellectual é para essa gente uma alocução em grego: e por tanto o Redactor é... é um vadio mesmo, um ente inutil.

Ora pois, uma Senhora a testa da redacção de um jornal! que bicho de sete cabeças será?

Comtudo em França, em Inglaterra, na Italia, na Hespanha, nos Estados-Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundão de Senhoras dedicadas á litteratura collaborando diferentes jornaes.

Por ventura a America do Sul, ella só, fi-

cará estacionaria nas suas idéas, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade?

Ora! não pôde ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Côte e Capital do imperio, Metropoli do sul d'America, acolherá de certo com satisfação e sympathia O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma: por uma americana que, senão possue talentos, pelo menos tem a vontade e o dezejo de propagar a illustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher.

Eis-nos pois em campanha; o estandarte da illustração ondula gracioso á briza perfumada dos Tropicos: acolhei-vos a elle, todas as que possuis uma faísca de intelligencia, vinde. Confidente discreto das vossas produções litterarias; ellas serão publicadas debaixo do anonimo: porem não temaes confiar-mo-las, nem temaes dar expansão ao vosso pensamento; se o possuis é porque é dom da Divindade, e aquillo que Deus dá, os homens não o podem roubar

1- Primeira edição do *Jornal das Senhoras* datado de 1º de jan de 1852.

2.2 Religião e educação feminina

Joana Manso, no primeiro exemplar do *Jornal das Senhoras* destacava a sua satisfação em estar presente na redação de um jornal: “Ora, pois, uma senhora à testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será?” (JORNAL DAS SENHORAS, 1º de jan 1852, p. 1). A imprensa, de modo geral, consistia num espaço essencialmente masculino, no qual a presença das mulheres era vista por parte da sociedade como uma iniciativa audaciosa demais àquele sexo.

A redatora expressava sua preocupação com a educação feminina e defendia o objetivo de “cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher” (idem). Nessa perspectiva, o jornal tomava a educação como um direito das mulheres. Na seção *A Dama das Camélias* sugeria que lessem enquanto bordavam, reforçando a ideia de mulher “rainha do lar” já que, afastadas de uma educação formal, até a segunda metade do século XIX, o único lugar de reconhecimento que lhe era conferido era o espaço casa/quintal (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Uma das estratégias chamadas a contribuir com a entrada do Brasil na rota da modernidade foi oferecer emancipação moral a mulher, o que, no momento, significava educá-la para os cuidados da casa e da família, no sentido de que, educando bem seus filhos tornava-os capazes ao exercício dos cargos governamentais.

Quando o feudalismo não mais se sustentava na Europa, a figura feminina emergiu com significados que remetem a perspectiva social que se pretendia consolidar – a sociedade burguesa, assim, as mudanças no processo de trabalho, segundo Sforzi (1996, p.19) proporcionou a criação da família nuclear que “unida por laços afetivos, em oposição à grande família feudal, unida por laços de dependência material” concebe a mãe como *educadora por excelência* dos filhos. Com a imprensa refletindo a necessidade desse papel moralizador, a preocupação voltava-se para a formação da boa mãe, a qual deveria:

[...] aprender a cozinhar, bordar, costurar, tarefas estritamente domésticas, que restringiam a mulher apenas ao espaço

privado sendo o único lugar, e sem contestar pois seu espaço estava determinado. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, afirmações do patriarcado que constituiu estereótipos ao longo do processo histórico, onde foram sendo produzidos como natural, definindo assim o papel social da mulher, como propriedade e produto do homem, devendo obediência ao “seu senhor” (OLIVEIRA, 2009, p. 1- aspas do autor).

Desse modo, concebida a mulher como um indivíduo indispensável na educação dos filhos, o periódico enaltecia o casamento e a maternidade. O comentário da redatora, ao manifestar sua imensa alegria com o casamento da filha, corrobora a aceitação da mulher como a educadora maior dos filhos:

Muito breve, minha filha, ides deixar o véu de virgem, o teto paterno e as descuidosas ocupações de vossa mocidade, pelas ocupações muito mais sérias e muito mais importantes de esposa e de mãe de família (...). E com as mesmas palavras se me dais licença, principio eu o meu artigo de modas que vai ser hoje dedicado às solteirinhas, cujo desembargo do paço, desejos, ambições, sonhos e pretensões, estão fixados e constantemente empregados nas douradas ilusões do casamento (JORNAL DAS SENHORAS, 6 de jun 1852, p. 23).

No acordo de casamento tratado entre as famílias, o pai da noiva cobrava ao noivo os cuidados com a natureza frágil da filha e permitia que essa ficasse sob o domínio do marido, devendo votar a ele o mesmo respeito e obediência que mantinha com seus familiares. Por sua vez, o futuro marido assumia cumprir as obrigações e responsabilidades relativas ao seu papel masculino de provedor do lar e dominante na relação conjugal.

Desde a infância as meninas eram preparadas para o grande momento da maternidade: convencidas à reprodução e depois elas próprias educadoras, percebe-se a associação dessa tarefa filial aos afazeres do lar já que a única oportunidade de estudar restringia-se aos conventos da Igreja Católica (SILVA: INÁCIO FILHO, 2004, p.3). Nesse aspecto a religião desempenhou importante papel no propósito de regeneração social por consistir em um poderoso instrumento utilizado para controlar corpos e mentes e, a partir daí, afirmar a supremacia do estado burguês.

No artigo *A Mulher*, Joana julga que defini-la é uma árdua tarefa, por conseguinte, em tom de ironia, traz à tona as características conferidas a ela.

Ser mulher significa: “misérias humanas”, “um demônio com saias, uma cobra, um monstro”, “símbolo da inconstância”, “diz que é traidora, falsa”; em contrapartida tinham aqueles que a consideravam como “anjos consoladores” (JORNAL DAS SENHORAS, 1º de jan de 1852, p. 5).

Esta visão sobre a mulher, que comporta ambigüidade revela a dificuldade em conferir à natureza feminina uma definição precisa: confiança e não confiança, lealdade e não lealdade, pura e pecaminosa, são valores os quais determinavam as atitudes femininas e submetiam as mulheres aos comportamentos sociais rígidos e limitados à vida doméstica.

O fato de a natureza feminina ser vista como propensa ao pecado levava a crer que as mulheres não podiam ficar a mercê da sorte; por isso a necessidade de ser protegida desde a infância, assim o casamento e a maternidade lhe garantia salvação (ALMEIDA, 2006, p. 67). À medida que emerge como educadora, a mulher é envolvida numa atmosfera humanística que pode ser percebida nas palavras embaladas de emoção quando o assunto é casamento, bailes, maternidade e do ser mulher.

Quando o pai deixa o lar para se dedicar ao trabalho a educação dos *senhores-filhos* se justifica; a mãe, a cargo dessa educação, recebe responsabilidades que demanda uma participação ativa no interior da família (SFORNI, 1996, p. 46-47). Emancipar a mulher, portanto, significava educá-la, aprimorar seus atributos, compreendendo que eles foram criados por Deus e que nenhum outro ser pode desempenhar essa sublime missão. Submetida aos mais variados sacrifícios em favor da família, ela deveria ser instruída para cuidar da casa. O filho, seguindo os passos do pai, mais tarde, tornar-se-ia elemento do trabalho e detentor da mesma dominação, daí a necessidade de oferecer educação às mulheres como uma possibilidade efetiva para resolver uma possível desorganização social e econômica.

O fato é que, ao consolidar-se a sociedade burguesa, o dogma religioso atuou na formação das virtudes femininas requeridas a essa ordem por meio da persuasão. Logo, os discursos incluíam o amor, o diálogo, a afetividade, e pelo relacionamento familiar ser estreitado por forte laço de união as características consideradas naturais a mulher, como mansidão, pureza, cortesia, compaixão, solidariedade deveriam ser assimiladas na relação mãe-filho:

A linguagem mística para qualificar o papel feminino era utilizada pela ideologia cultural, que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mãe-professora com atributos de *santa*, *anjo de bondade* e *pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos. A igreja católica associava a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza de corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora principalmente a prostituta, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e a decadência (ALMEIDA, 2006, p.68 – destaque do autor).

Nota-se que o objetivo em torno da educação feminina tinha, desde o princípio, um objetivo específico: garantir a ordem social. Ao passo que a religião, sobre as rédeas do capital, forjava a ideia de mulher para formar os *filhos da nação* submissos ao trabalho e ao mando da sociedade. Dessa forma a família se reorganizava e, embora as tradições de caráter conservador restringissem sua plena atuação na sociedade, eram enaltecidas por serem mães de família, o grau mais elevado de reconhecimento que uma mulher, naquela época podia ter.

2.3 A moda como forma de ascensão social

O *Jornal das Senhoras* se notabilizou também por informar as tendências da moda parisiense, auxiliando as moças a se vestirem de acordo com os padrões europeus, trazidos desde 1807 para o Brasil com a chegada da coroa portuguesa:

Os moldes ser-vos-ão do mesmo modo apresentadas em belos figurinos; sobre os quais entendemos dever advertir-vos que, sendo eles feitos em Paris, recebemos as coleções que encomendamos em estações diferentes [...]. Entretanto os adornos, feitios, penteados, etc., serão sempre dos mais modernos. (JORNAL DAS SENHORAS, 7 de jan de 1855, p.1)



Figura 2- Senhoras do século XIX - JORNAL DAS SENHORAS, 1º de jan de 1853, p. 5

Os figurinos de Paris dominavam as edições do jornal. A vida luxuosa, ostentada não somente na forma de vestir, mas também pelos lugares que se frequentavam, marcava a posição social das senhoras. Os teatros, bailes, literaturas e outros divertimentos as aproximavam do espaço público:

Ainda me recordo vivamente do pomposo e brilhantíssimo baile, verdadeiramente imperial, com o qual dignou honrar-nos S. M. o Imperador e sua Augusta e Excelsa Esposa! Como estava ela tão angélica, tão fogueira, e tão sublime; o reflexo de sua alma pura transluzia ali, como em toda a parte, cheia de graça e primor (JORNAL DAS SENHORAS, 1º de jan de 1852, p.2-3).

O periódico chamava a atenção das moças incentivando-as a saírem de casa para os eventos da elite; porém, pode-se dizer, que submetida aos olhares atentos de um tutor, praticamente não tinham liberdade alguma. Estas deveriam se comportar de acordo com os padrões da época para serem aceitas pela sociedade. Ao demonstrarem cumprir as regras do comportamento social esperado, podiam circular pelos espaços públicos que lhes era permitido.

No século XIX o humanismo embalou a moda, a escrita e as artes em geral. O sentimento e a emoção, nesse sentido, se encarregam de formar a mulher romântica, delicada e submissa. Verificam-se nos contos, poemas e moda o tipo de mulher que se queria formar, a maneira de se vestir, de se portar- discretas e brilhantes- bem como o convívio social, as identificava e ao mesmo tempo as afirmavam como as *filhas da elite*, superiores por estarem associadas à riqueza, mas, principalmente, por saberem se portar como membros diletos dessa classe social. Entretanto, quando o mundo burguês bate à porta, “a mulher, que parecia feita somente para brilhar nos salões, é duramente criticada e incitada a assumir um papel assaz importante no interior da família” (SFORNI, 1996, p.47). Para tanto, seu modo de vida precisava se ajustar segundo o modelo de educação desse tempo:

Para educar o indivíduo nesse sentido não se poderia mais permitir que a mãe fosse ausente na educação dos filhos, sem amamentá-los, entregando-os às amas-de-leite ou aos internatos. - comportamento que começa a incomodar os homens da época (SFORNI, 1996, p. 44).

As mães foram “convidadas” a participar da educação dos filhos quando o capital estabelece a hegemonia econômica no Brasil. Apesar disso, não raramente, entregavam sua prole aos cuidados de outra, preferindo viver intensa vida social sem muitas preocupações quanto ao que lhe era exigido pela maternidade. Deve-se, atentar, contudo ao fato de que as mudanças operadas também com a ascensão econômica de indivíduos não pertencentes à elite aristocrática exigiam vida social cada vez mais requisitada às mulheres dos homens de negócios, pois da boa apresentação familiar dependia a boa sorte dos acordos comerciais.

O tipo de educação requisitada pelas transformações sociais presentes no Brasil no período imperial, as quais traziam mudanças profundas no modo de agir, pensar, nos hábitos sociais será objeto de estudo no próximo capítulo.

3. EDUCANDO AS MULHERES PARA BEM EDUCAR AS CRIANÇAS

A ideia de criança frágil que precisa de cuidados começa a se formar nos séculos XVIII e XIX, por intermédio dos avanços científicos das teorias sobre a infância. As instituições sociais, principalmente a família e a escola, receberam importante papel na transformação social e econômica do país. Postman (2009) destaca duas concepções de criança as quais foram reforçadas no século XIX:

[...] a concepção de Locke, que afirmava a ideia de que, ao nascer, a mente da criança é como uma folha em branco, de maneira que nada, nenhuma habilidade cognitiva, intelectual e mental é inata, tudo é aprendido socialmente; e a concepção de Rousseau, que persistia na afirmação de que a criança é importante em si mesma, tendo uma psicologia diferente da dos adultos, devendo por isso ser valorizada em sua individualidade. Segundo Rousseau, a infância é o estágio de vida em que o homem mais se aproxima do seu “estado de natureza”. Em seu entender, a criança possui inatas aptidões para sinceridade, compreensão, curiosidade e espontaneidade, que são amortecidas e podem ser retidas pela educação, pela alfabetização, pela razão, pelo autocontrole e pela “vergonha”, isto é, pelo senso moral (POSTMAN, 2009, p. 313 - aspas do autor).

Postman apresenta diferentes maneiras de se conceber a infância: “para Locke, a educação consistia em um processo de adição, enquanto que para Rousseau, era um processo de subtração” (2009, p. 313). Em ambas as concepções o conceito de criança gira em torno da ideia de que o adulto deve educá-la para a vida ou, melhor, para as relações de trabalho à medida que a ruptura dos laços feudais se propagava.

Fazia-se necessário, neste contexto, as instituições aderirem à nova ordem pedagógica baseada na dimensão moral, física e intelectual da criança:

[...] era tempo de integrar as dimensões humanas que, tradicionalmente, até no século XIX na Corte Imperial e no Brasil, vinham sendo concebidas e tratadas isoladamente. Era tempo de uma nova religiosidade, ancorada no saber político da ciência. Era tempo de instituir uma nova representação para os colégios, das políticas públicas voltadas para a educação e, também, de novas práticas escolares (GONDRA, 2000, p. 115).

A sociedade passou a se reorganizar, em termos de educação infantil, a propósito da crença de criança frágil e que inspira cuidados. As vontades, afeições e aptidões, quando aperfeiçoadas e desenvolvidas formariam o cidadão para as lutas da vida e para o exercício dos direitos políticos - “os menores de hoje serão mais tarde os cidadãos que influirão na direção dos negócios públicos, e sua influencia há de ressentir-se da educação que lhes dermos” (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1876, p. 73)⁴. Assim, segundo os preceitos da moral cristã, o Estado burguês pretendeu formar os cidadãos ensinando-lhes

[...] a amar a Deus, à Pátria e à Família: instrua-los de seus direitos e deveres, os habituemos ao trabalho, e serão eles os sustentáculos da liberdade e da ordem; os colaboradores do engrandecimento e prosperidade da Pátria (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1876, p. 73).

Ao se considerar a tripla natureza da criança, a preocupação com uma educação mais completa faz sentido. Gondra (2000), ao analisar a produção acerca da ideia de infância buscou nos discursos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) os motivos que levaram o adulto a concebê-la como um sujeito que inspira cuidados.

É interessante observar que o autor pesquisou teses defendidas por alunos, partindo da análise de discursos nos quais se proclamavam a necessidade da higienização para a humanidade, enfatizando no decorrer do texto o deslocamento das representações sobre esta questão.

Dr. Gonçalves, apoiado na fé cristã faz menção a Isaías e São Mateus dizendo: “os verdadeiros católicos, tendo por norma dois preceitos da religião, de amar a Deus e ao próximo não poderiam admitir o abandono de ‘enjeitados’” (apud GONDRA, p. 104-105). Desse modo:

No 1º Congresso de Proteção à Infância (1922), esse tema manteve-se presente, ampliando-se, contudo, o leque dos argumentos em favor da higienização da infância. Uma reflexão observável nesse momento articula os argumentos médico - religiosos ao econômico. Com esse deslocamento, o cuidado com a infância passa a ser representado como investimento tendo em vista gerar/produzir sujeitos que pudessem ser

⁴ Relatório apresentado por Sebastião José Pereira, presidente provincial, à Assembléia Legislativa de São Paulo no dia 2 de fevereiro de 1876, e impresso pela Typografia do Diário de Santos.

integrados produtivamente ao mundo do trabalho (GONDRA, 2000, p. 105).

O discurso sobre a importância da higienização tornava-se relevante ao passo em que a criança foi sendo concebida como um indivíduo potencialmente regenerador da sociedade⁵. O indivíduo sadio e forte para o trabalho dependia, nesse sentido, dos cuidados com a higiene, por conseguinte também se esperava com as medidas propostas a diminuição dos alarmantes índices de mortalidade infantil. Muitas famílias e mães, devido às difíceis condições de vida material e o medo da não aceitação social de se ter um filho sem casamento, praticavam o infanticídio ou abandonavam seus filhos nas ruas e praças da cidade. Com a implantação no Brasil da roda de expostos, instalada no Rio de Janeiro desde o século XVIII, nos moldes da existente em Lisboa, as crianças ali abandonadas recebiam cuidados para sobreviver⁶:

Em meados do século XIX, seguindo os rumos da Europa, (...), começou a forte campanha para a abolição da roda de expostos. Esta passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado. Aqui no Brasil igualmente iniciou-se movimento para sua extinção ele partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das casas de expostos (MARCÍLIO, 1997, p. 59 e 68).

O desenvolvimento das ciências contribuiu para a área de medicina conceber a criança como um ser frágil, mas, inserida no mundo capitalista carece de cuidados para formar-se de maneira civilizada. “Pelo fato de sua fraqueza, está na impossibilidade de assegurar a sua instrução e o seu futuro”, como se encontra registrado no Relatório da Província de São Paulo,

⁵ De acordo com Gondra, os médicos higienistas lutavam para que as instituições escolares contemplassem uma educação em três dimensões, denominada *trindade pedagógica*. Dessa forma combatiam pela “a escola exclusivamente do físico, a escola exclusivamente do intelecto e a escola exclusivamente voltada para a formação da moral” (2000, p. 115).

⁶ “O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica dividida ao meio por uma divisória era fixada no muro ao na janela da instituição. No tabuleiro inferior e na sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado” (MARCÍLIO, 1997, p.57).

apresentado por seu presidente Laurindo Abelardo de Brito em 1880⁷, ela recebia características que dão significado ao seu lugar na sociedade moderna. Assim, tanto a educação da mulher quanto da criança se justificam, já que se tinha a crença de que educando a mulher educava-se toda a nação:

Religião, família, Estado, lei, moral, ciência, arte etc., são apenas modos particulares de produção, e se enquadram na lei geral. A transcendência positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é, portanto, a transcendência positiva de toda a alienação, isto é, o retorno do homem da religião, família, Estado, etc., para o seu modo de existência humano, isto é, social (MÉSZÁROS,1981, p. 230).

À medida que o capital forja a ideia de liberdade, as instituições sociais emergem forjando o homem expropriado pelo trabalho, contido nas formas de representação do sistema vigente. Com efeito, as limitações impostas ditam até onde a liberdade do indivíduo pode ir, garantindo assim as relações de dominação e continuidade da relação social vigente.

Nesse panorama, afirma-se que o ideário burguês orientou a educação no século XIX, a influência dos médicos higienistas, das ciências em geral e da forma com que o capital vinha concebendo a criança no momento em que as relações de trabalho se modificavam, proporcionando um lugar de destaque aos *filhos da nação* e a mulher. A atenção do Estado voltava-se a eles com o fim de que contribuíssem para a ascensão material do país, assim a mulher com sua sensibilidade natural (amor, paciência, abnegação, ternura) deveria formar o cidadão burguês criando o espírito patriota através de uma educação humanística, que objetiva a não exaltação de ânimos frente às diferenças econômicas, ao ponto que se esperava restringir pacificamente as classes subalternas ao trabalho.

⁷ Relatório da Província de São Paulo. Laurindo Abelardo de Brito. 1880, p. 11. Typografia do Diário de Santos.

3.1 A formação de professores para atuação pública: as mulheres como educadoras

O processo de abolição da escravatura demandou a criação de um sistema de formação docente que domasse os espíritos revoltos ante a liberdade recém-conquistada. Era preciso que forças políticas tornassem realidade o desejo de um sistema público de ensino para formar indivíduos que estivessem dispostos a encarar os desafios da profissão.

Segundo Almeida (1995, p. 665), mesmo os intelectuais liberais tinham a escravidão como um *mal necessário*, mas que, em tempos de modernidade, deveriam ceder aos novos tempos. Segundo Schelbauer, “a necessidade de emancipação encontrava-se estreitamente vinculada à preocupação de não interromper a marcha do Brasil em direção à forma plenamente desenvolvida” (1997, p.25), daí a necessidade de formar o professor resgatando-se os preceitos da religião, de forma que, incorporados, contribuiria com a solidificação da sociedade burguesa.

Ao analisar as condições de ensino na formação de professores da estipulada na Reforma Couto Ferraz e das primeiras Escolas Normais tem-se o intuito de responder à seguinte questão: De que forma o magistério contribuiu para diferenciar a educação feminina no século XIX?

Considerando-se os debates sobre a educação feminina é possível se pensar nos espaços no quais os deveres do cidadão para com a sociedade objetivamente fossem reforçados, propagados e aperfeiçoados. Na finalidade de transformar o escravo em trabalhador assalariado, livre dos açoitamentos, da senzala, e do olhar de seu senhor o Estado elegeu a mulher pobre para o combate à ignorância e, sobretudo, ao treinamento de mão-de-obra para o trabalho (SCHELBAUER, 1997, p. 25). Pode-se dizer que a atenção voltava-se à educação da mulher, considerada a mais forte para suportar as tarefas extensivas ao magistério.

Para o Estado a educação do povo deveria ser limitada, logo educar a mulher sugeria a ela oferecer uma parca educação, assim, seja na transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado, seja na formação da mãe-professora era preciso oferecer educação em doses homeopáticas para que a ordem não

fosse afetada. De fato, “tudo era pensado, medido e analisado” (SCHELBAUER, 1997, p. 30):

[...] o país vivia um momento particularmente difícil tendo em vista que grande parte da população nacional era essencialmente agrícola e pautado no trabalho escravo (...). Como fazer com que essa inevitável transição nas condições de trabalho se realizasse sem causar maiores perturbações na ordem econômica? (...). As discussões centravam-se na escolha de um caminho que fosse lento e gradual de modo a evitar a desorganização da economia (SCHELBAUER, 1997, p. 26).

À medida que o modelo de educação feminina restrito ao lar não mais se sustentava, o Estado passou a atuar na educação das moças pobres; mas, a mentalidade conservadora e a parcimoniosa educação representavam um obstáculo à frequência das meninas na escola. Desse modo, a tarefa dos reformadores se deparou em modificar para além da legislação vigente o aparato ideológico do país, que se encontrava ainda bastante aquém da modernidade exigida pela época.

Vasconcelos (2010), em artigo sobre a educação feminina reproduz da revista *O Ensino Primário*, de 1885, o artigo *Escola primária do sexo masculino*, no qual advertia sobre o quanto o ensino ofertado pelas mulheres era temido:

Nós também, apesar da convicção íntima de que só se deve entregar a educação feminina a criança até 9 anos de idade; (...). Tememos, porém, pelo futuro de nossos filhos, e conosco se acha a maioria dos pais das próprias mães, que se conhecem, que são os primeiros a retirarem seus filhos da escola dirigida por uma senhora, quando vão eles desenvolvendo pela idade. Nenhum povo nas circunstâncias do nosso entregou a educação dos seus futuros cidadãos aos cuidados da mulher, além da primeira quadra da existência (apud VASCONCELOS, 2010, p. 13).

Questionava-se a educação ofertada pela mulher, porém, naquele momento não lhe cabia tão mais somente o espaço do lar, mas também o espaço das salas de aula. Em oposição a esta ideia a revista *A Escola*, de 1878, dizia que assim como o homem, a mulher tem talento, e o que lhe falta é educação, “tenha a mulher educação, e será estadista, será publicitária, será tudo” (apud VASCONCELOS, 2010, p.13). Diante da influência em seu

pensamento das condições pertinentes aos países desenvolvidos, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império do Rio de Janeiro, propôs a reforma do ensino primário e secundário pelo decreto nº 1.331A no ano de 1854. Ela estabelecia um conjunto de normas a qual tinha por finalidade organizar a instrução ofertada em concordância com os ideais de modernidade que no Brasil principiavam a se propagar.

Em relação ao magistério Couto Ferraz instituiu as condições para a formação do quadro de professores ao determinar critérios de seleção que comprovassem os requisitos mínimos ao cargo, permitindo assim a contratação de professores públicos e na categoria de professores adjuntos:

Couto Ferraz já se havia manifestado cético em relação à Escola Normal quando presidente da Província do Rio de Janeiro, tendo fechado a Escola Normal de Niterói. Para ele as Escolas Normais eram muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificantes em relação ao número de alunos que nelas se formavam. Por isso já antecipara na Província do Rio de Janeiro a solução adotada no Regulamento de 1854: a substituição das escolas normais pelos professores adjuntos (SAVIANI, 2006, p.53).

A criação da Escola Normal, em meados do século XIX foi adiada. Formar professores adjuntos significava capacitá-los a baixo custo, portanto, por meio da garantia de direitos e deveres entre o Estado e o professor, normas e regras foram estabelecidas com o fim de proporcionar a institucionalização de um sistema de formação e recrutamento docente, transformando mestres-escolas em professores públicos (SCHELLER, 2005, p.334), visto que até então não se tinha uma política de formação docente.

A classe dos professores adjuntos contava com a presença de alunos maiores de doze anos, formados nas escolas públicas e selecionados em exames trianuais, os quais deveriam ter bom rendimento para o magistério (artigo 35). Esses professores ficariam adidos às escolas como ajudantes para se aperfeiçoar nas matérias e prática do ensino, e no fim de cada ano de exercício realizavam exames a fim de se conhecer o grau de aproveitamento. Após três anos, os professores que não completassem dezoito anos deveriam continuar adidos nas escolas públicas e posteriormente o Governo indicaria os substitutos dos professores nos seus impedimentos (artigo 40).

A formação defendida por Couto Ferraz aos professores, como se nota, versa na relação entre teoria e prática, ao passo que a avaliação compreende exames sobre as matérias e os métodos respectivos de ensino, e o sistema prático de dirigir uma escola (artigos 38 e 39). Nesse sentido a perspectiva teórica sobre as disciplinas e a perspectiva prática aos procedimentos de ensino estão vinculadas constituindo-se na *ideia-força* (SAVIANI, 2006, p. 23) deste regulamento.

Pode-se dizer, assim, que o Estado tomou para si a responsabilidade de formar professores, reforçada pelo Ato Institucional de 1854 que promoveu a descentralização do poder e da administração estatal por transferir às províncias o encargo de ofertar a instrução. Sobre isso, entende-se que a ideia de unificação permaneceu ao longo de todo o período estudado, uma vez que as províncias estavam submetidas ao poder central pela Constituição de 1824:

O princípio da universalidade encontrou-se adiado, mas não a influencia ideológica e política da estruturação do poder imperial, especificamente pelo dispositivo das leis gerais de instrução (...). Colocavam a instrução como instituição fundamental da modernidade produtiva, um discurso em contemporaneidade com o que ocorria na Europa, mas fundamentalmente traçando uma perspectiva da melhoria moral do povo (OLIVEIRA: MACHADO, 2010, p.9).

No processo de instauração de “um plano de escolarização sistemático que favorecesse a formação dos homens pobres e livres”, o Brasil viria a conhecer um debate mais conseqüente sobre a educação no final do século XIX, quando o trabalho escravo passou a ser substituído pelo trabalho livre, alimentado por levas sucessivas de imigrantes europeus (PERIOTTO, 2012, p. 54).

Na época de Couto Ferraz a educação pública era devedora de um plano sistemático capaz de entender o processo de modernização necessário e atuar junto a ele, em detrimento da falta de compromisso dos governantes para com a melhoria de estado material da sociedade como se observa no relatório apresentado por Couto Ferraz, presidente da província do Rio de Janeiro (1846-1853):

Informando-vos sobre esse importantíssimo ramo do serviço público, sinto assaz ter de comunicar-vos que o seu estado atual não corresponde à solicitude, e desvelos com o que a assembléa, e o governo da província tem para ele aplicado a sua atenção (...). Longo seria relatar-vos as causas que concorrem para este estado. Já por vezes tem sido elas mencionadas, quer em diversas faltas de abertura das passadas sessões, quer em muitos dos discursos dos dignos membros dessa casa. (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1849, p. 57)

O precário sistema de formação de professores exigia uma reforma radical no sentido de que não se podia mais adiar a construção da Escola Normal. Em outras palavras, era preciso dar novos rumos ao provimento das cadeiras e, na segunda metade do século XIX, para além de educar seus filhos, na Escola Normal, a mulher pobre educava os filhos de outras mulheres. Esperava-se que através da mãe-professora, as virtudes cívicas e morais fossem formadas na criança conduzindo-a a um *futuro político e humanitário*⁸.

Coloca-se em cheque, neste ponto, a concepção aristotélica de que o homem por natureza é um animal político e social. Essa concepção, segundo D.G. Ritchie, conforme se encontra em MÉSZÁROS (1981, p.230), obscureceu a visão dos filósofos medievais frente à sociedade politicamente determinada porque as formas de relação sociais não eram vistas pela ótica dos conflitos e das contradições. A questão da predisposição da natureza feminina para ser mãe, nesse sentido, não se anula, nem deveria, pois nesta ideia estão contidas as verdadeiras intenções do capital. Porém as relações no interior da sociedade de classes começam a ser tratadas de modo mais racional.

A Escola Normal deveria formar mestres dedicados que tivessem “a profissão como um sacerdócio”:

Só a Escola Normal pode fornecer ao magistério professores aptos e capazes de compreenderem a missão que lhes é confiada (...). E só de tal pessoal pode a Província esperar que o seu desenvolvimento intelectual corra de par com o seu progresso material. (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1889, p. 57)

⁸ Relatório provincial apresentado pelo presidente da província de São Paulo, Laurindo Abelardo de Brito à Assembléa Legislativa de São Paulo, no dia 5 de fevereiro de 1880 e impresso pela Typografia a Vapor, de Jorge Seckler & Companhia, p. 58.

A inclusão da mulher na vida pública, aparecendo primeiramente na imprensa, teve impulso com a criação de escolas direcionadas à formação da mãe-professora, institucionalizando a educação feminina. O magistério, dessa forma, ocupado inicialmente por homens torna-se uma possibilidade de emancipação da mulher, precisamente no momento em que na “criança acreditava-se que estava à semente do futuro cidadão; na mulher, a possibilidade de fazê-la germinar” (SFORNI, 1996, p.45).

A iniciativa sobre a formação de professores tanto da Reforma Couto Ferraz quanto da Escola Normal é considerada uma proposta educacional que praticamente não se efetivou. Nesse ponto se identificam aproximações entre as condições de ensino bem como certo distanciamento a respeito da educação apresentada às mulheres pelo *Jornal das Senhoras*.

Nota-se que no século XIX havia dois paradigmas de educação: um direcionado às filhas da elite e outro direcionado às tidas como filhas adotivas da nação. O fato é que nas precárias condições postas na formação de professores fez com que as classes subalternas emergissem no magistério, tornando-se um espaço que envolve a atmosfera de luta pela maior parte das moças pobres que viam a profissão como um modo de subsistência. Constatase, nesse sentido, que a educação feminina enaltecida no *Jornal das Senhoras*, de certa forma, se contrapõe a educação apresentada nestas propostas. Ao passo que as transformações econômicas exigiam a figura de uma mulher forte e ativa, assim ser professor significava ser “herói”, não somente pela árdua tarefa que devia empreender na educação do povo, mas também pelas dificuldades que acompanhavam o magistério:

[...] quem faz as escolas não são nem as leis, nem o governo, e nem os vencimentos – são os mestres; e ninguém é mestre digno desse nome, sem instrução pública sólida e variada, conhecimentos práticos e vocação decidida. É, na escola normal que o homem que aspira as funções do magistério, aprende o que lhe é mister saber, sobre tudo como há de ensinar o que sabe, e verifica-se e aquilata-se sua propensão ao penível e inglório encargo à que vai-se votar, encargo sem futuro, que pressupõe resignação à uma vida obscura, amor à infância, perseverante bondade, inexcedível paciência, moralidade à toda prova, corajosa dedicação ao trabalho, e uma sublime abnegação de si próprio, que não é partilhada de todo o mundo (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1880, p.8)

A “boneca de salão”, assim denominada a mulher refinada da elite, educada para agradar, era a menos indicada para enfrentar os desafios da profissão, em contraposição à vida de glamour e privilégios ausentes na vida da mulher pobre, mas que tinha resistência física e estava acostumada ao trabalho, demonstrando por estes atributos estar preparada para o magistério.

A crença é a de que a mulher levaria o país a patamares mais elevados de desenvolvimento ao formar o *cidadão* apto para o trabalho, para aceitar seus *direitos e deveres*. Daí a importância da educação feminina no processo de civilização do Brasil, sendo que na Escola Normal o traço de seus deveres para com a sociedade seriam propagados e aperfeiçoados. Como destaca Sforzi (1996, p.64), “sem a devida instrução, sem convívio social e algum conhecimento do mundo e da vida, não poderia ser educadora do homem que a sociedade exigia”. Por isso, o ensino, mesmo limitado e imperfeito, deveria proporcionar o mínimo de conhecimento à mulher. Ou seja, era preciso derramar um tanto de *luz* para que a educação cumprisse seu papel de levar, nas atribuições a ela cabíveis, o Brasil a adentrar ao estágio da modernização social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um trabalho científico conta com etapas distintas, mas inter-relacionadas, que dão forma e significado ao objeto de estudo. Desde as primeiras orientações o interesse pelo tema me conduziu à busca por respostas e reflexões mais profundas. Nesse sentido, penso que os objetivos aos quais me propus no início desse trabalho foram alcançados. A pesquisa na área de História da Educação proporcionou-me uma visão crítica a respeito do vínculo entre educação, sociedade e história. Aproveitando-me dessa compreensão, considero que o pedagogo por meio da análise dos fatos do passado reflete sobre a educação contemporânea e sua prática de modo consciente quando compreende as razões e os motivos que justificam a organização social.

Feita essas considerações iniciais, verifica-se a importância da educação informal defendida pelo *Jornal das Senhoras* para a emancipação moral da mulher. As transformações capitalistas no século XIX colocaram no centro das questões sociais e econômicas a criança e a mulher, até então coadjuvantes no processo de constituição da sociedade brasileira. O movimento histórico concebe a mulher determinada pelas relações sociais da época à tarefa de educar, fazendo predominar o sentimento fraterno entre os homens, isto é, o sentimento de caridade e patriotismo necessários à formação do homem moderno e civilizado.

A mãe-professora, bondosa e cheia de ternura, assentada nos princípios da sociedade burguesa, tinha a missão de formar o cidadão brasileiro produtivo para o ambicionado progresso material. Nesse sentido, a mulher tornou-se um instrumento fecundo na elaboração de um pensamento de cunho moralizante, ordeiro, contribuindo para a docência se tornar feminina, mas participando de forma ativa e consciente na formação de indivíduos que visassem, antes de tudo, o bem da nação.

Na sociedade liberta das amarras do trabalho escravo a força física não podia mais reinar, tampouco deveriam ser permitidos os arroubos emanados dos que procuravam a justiça social; assim, era o amor ao próximo e a caridade que deveriam conter os espíritos revoltos ante as desigualdades

sociais e econômicas. “Parecia-nos que a professora-mãe, educadora dos filhos da Pátria, era uma extensão de seu papel familiar de mãe-educadora de seus filhos” (SFORNI, 1996, p.14), portanto, quando o capitalismo evidencia a inevitável luta de classes resultante da apropriação privada dos meios de produção, isto é, de poder, a atuação da mulher na educação dos filhos faz sentido.

A sociedade se reorganizou para vivenciar a dinâmica promulgada a época; observa-se esta questão no *Jornal das Senhoras*. Parte das mulheres voltava sua atenção aos bailes e divertimentos do Rio de Janeiro evitando as obrigações maternas, entretanto, mesmo com essa resistência às obrigações sociais de outra ordem, os elementos para formar a mãe-professora estavam presentes no meio social.

Gradativamente, as reformulações na educação formal feminina e as dificuldades financeiras de famílias ricas influenciaram a inclusão das filhas da elite na profissão docente, mas o Estado e a própria sociedade ainda desvalorizavam as mulheres por serem consideradas inferiores aos homens. E, apesar do caráter educativo exercido pela imprensa, da reforma Couto Ferraz e das Escolas Normais, os preconceitos serviam de obstáculo bem como o inadequado investimento para que a educação feminina se desenvolvesse de modo mais conseguinte.

Por outro lado, mesmo com esses percalços, a sensibilidade natural da mãe-professora atrelada às descobertas científicas sobre a infância mudou a forma de educar as crianças, pois “não mais cabia somente uma educação exclusivamente doméstica, em que as mães cuidassem da formação moral e os pais, da formação intelectual” (GONDRA, 2000, p.109). A higiene, nesse contexto, começa a integrar as dimensão física, intelectual e moral, defendendo a necessidade dos cuidados infantis ao desenvolvimento da humanidade; portanto, família e escola deveriam se preocupar com essa nova definição de educação a qual se encarregaria toda a sociedade, em particular a mãe e a professora.

A educação do cidadão, numa sociedade de classes, sobressai à formação moral pela ótica do coletivo. Para manter os privilégios da burguesia na tenra linha do bom senso definiam-se os direitos e deveres sociais e

individuais que, propagados por meio da educação popular, minimizou os problemas os quais impediam o país permitir-se à civilização.

A educação feminina, ante o exposto, foi necessária ao desenvolvimento material do país e, ao mesmo tempo da sociedade fundada no capitalismo. A figura da mãe torna-se imperiosa e inseparável da educação oferecida a elas na Escola Normal. Como adverte Almeida (1995), os preceitos da moral cristã e as noções de cuidado com o lar acompanhavam as mulheres no espaço escolar; entretanto, se reconhece a relevante contribuição da imprensa e das políticas educacionais para a emancipação formal da mulher neste período, pois permitiu certa flexibilidade na reivindicação de direitos de igualdade e liberdade.

O *Jornal das Senhoras* foi, assim, um instrumento de imprensa excepcionalmente feminina, a mostrar os primeiros indícios de que as mulheres seriam, em tempos mais distantes, chamadas a participar de um processo de industrialização que não abriria mão de sua participação, já que se tornariam uma forma certa de produzir mais valia em troca de salários indignos à sobrevivência humana. O bom senso mostrava que uma educação moral e religiosa as afastaria dos perigos de uma vida desregrada e nefasta à educação de seus filhos, portanto cabia educá-las em vista das transformações que também chegavam à sociedade brasileira.

5. REFERÊNCIAS

Bibliografia

BRASIL. Decreto nº 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Cortê. In: **Coleção das leis do império do Brasil**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html> Acesso em: 1 jan de 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval. [et al]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p 59 -107.

_____. **Currículo da Escola Normal Paulista (1846-1920)**: Revendo uma Trajetória. Brasília, v.76, n.184, p.665-689, set./dez. 1995. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/276/278>>. Acesso em 5 de fev de 2014.

ASSIS, Machado de. **Helena**. São Paulo: Editora Três. 1876.

GONDRA. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.26, n.1, p.99-117, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27835/29607>>. Acesso em 5 de fev de 2014.

GONÇALVES, Guilherme Domingues. **Moda e Emancipação Feminina**: um estudo do jornal das senhoras – Rio de Janeiro, 1852. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7042/1/2014_GuilhermeDominguesGoncales.pdf>. Acesso em 10 de março de 2014.

INÁCIO, M. S. . **Estado, Política e Educação em Minas Gerais**: o caso das sociedades políticas, patrióticas, literárias e filantrópicas (1831-1840). IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007, Juiz de Fora. Anais IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora, 2007. p. 1-14. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/2c_3.pdf>. Acesso em 10 de março de 2014.

LIMA, Joelma V. O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 397-403, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15023/11217>>. Acesso em 10 de março de 2014

_____. “Jornal das Senhoras”: As mulheres e a urbanização na corte. **Cadernos CERU** v. 21, n. 2, Dez de 2010. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11926/13703>>. Acesso em 10 de março de 2014.

MARCÍLIO, Luiza Maria. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p.53-79.

MÉSZÁROS, I. O indivíduo e a sociedade. In: _____ **Marx: A teoria da Alienação**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.229-259.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: (orgs.) CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C.. **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002, p 11-31.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. O debate da instrução no Império: recortes da legislação na perspectiva de Moacyr Primitivo. **IX Jornada do HISTEDBR** – Belém do Pará, 2010. Anais da XI Jornada do HISTEDBR. Campinas: HISTEDBR- FE/UNICAMP, 2010. v. 2010. Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/Ejrfzc.pdf>. Acesso em 10 de março de 2014.

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. Educadoras e religiosas no Brasil do século XIX: nos caminhos da civilização. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Oliveira3.pdf>. Acesso em 21 de dez. de 2013.

PERIOTTO, Marcília R. O Correio Braziliense (1808-1822), o ensino mútuo e o desenvolvimento material do Brasil. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, nº. 45, 2012, p. 49-61. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3071/2735>>. Acesso em 5 de fev de 2014.

_____. O papel da imprensa no processo de construção da nação: a “vocação pedagógica” do *Correio Braziliense*. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, vol.--, nº. 16, 2004, p. 61-83. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art5_16.pdf>. Acesso em 5 de fev de 2014.

POSTMAN, Neil. O Desaparecimento da Infância. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.35, p. 311-316, set. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/res02_35.pdf>. Acesso em 4 de fev de 2014.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Positivismo e Educação: alguns apontamentos. In: **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais do Brasil** - Unioeste – Campus de Cascavel. 2005, p. 1-11.

SAMPAIO, Juliana da Cunha. Os manuais de bom comportamento e a educação feminina na América Portuguesa. Anais do II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em 9 de maio de 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia e política educacional no império brasileiro**. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. 17 a 26 de abril de 2006. Uberlândia –MG. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/489DermevalSaviani.pdf>>. Acesso em 31 de ago de 2013.

_____. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 9-32.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1997.

SCHUELER, Alessandra Frota de. De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. **Cadernos de Educação**, Porto Alegre, ano XVIII, p.333-351, maio/agosto, 2005. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/421/318>>. Acesso em 5 de fev de 2014.

SFORNI, M. S. de Faria. **A feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1996.

SILVA, Michelle P; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Modernidade e educação feminina: as construções históricas de uma educação negada**. Congresso Brasileiro de História da Educação, III, 2004, *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. CD-ROM.

_____. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar? **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n. 15, p. 1-9, 2004. Disponível em:< http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art14_15.pdf>. Acesso em 13 jan 2014.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A educação feminina no Brasil oitocentista: a mãe e mestra**. In: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <http://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_7587bc7deae0070e78c637b2e4b8ea9c/Details>. Acesso em 2 de jan de 2014.

Fontes Primárias

Jornal das Senhoras, RJ, 1852

O Domingo, RJ, 1874

Echo das Damas, RJ, 1879.

O Sexo Feminino, MG e RJ, 1889

A Família, RJ e SP, 1889.

A Mensageira, SP, 1897.

O Bello Sexo, RJ, 1862.

Jornal das Damas, RJ, 1873.

Relatórios Provinciais

Relatório Provincial de São Paulo, 5 de fevereiro de 1880.

Relatório Provincial de São Paulo, 11 de janeiro de 1889.

Relatório Provincial de São Paulo, 2 de fevereiro de 1876.

Relatório Provincial do Rio de Janeiro, de 1849.